



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657



FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS MECANISMOS DE EFICÁCIA NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO

IRANY GOMES BARROS
GUSTAVO SANT ANNA CUNHA
SIDNEI ROCHA AGUIAR

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

1.

Este artigo pretende contribuir para uma reflexão acerca da importância da formação de professores na construção da identidade, valorização da profissão docente e na melhoria da qualidade de ensino oferecido na educação básica. Para tanto, serão analisadas as políticas públicas de formação de professores do Ministério da Educação e a literatura sobre a temática, além de abordar questões referentes à profissionalização docente, formação inicial e continuada, entrelaçando-as com concepções e práticas docentes, visando a um questionamento crítico.

Palavras – Chave: Formação de professores. Profissionalização. Docência.

1.

This article aims to contribute to a reflection on the importance of teacher training in the construction of identity, appreciation of the teaching profession and improving the quality of education offered in basic education. Therefore, public policy formation of the Ministry of Education and the teachers of literature on the subject will be analyzed, as well as address issues of teacher professionalization, initial and continuing education, linking them with concepts and teaching practices, aimed at questioning critical.

Key - words: Teacher training. Professionalization. Teaching.

O estudo do tema “formação de professores” é de importância indiscutível tanto para profissionais da área de educação, quanto para toda a comunidade em geral, uma vez que os professores são os maiores formadores de profissionais do mundo inteiro, e para uma sociedade progredir necessita de profissionais bem formados e capacitados continuamente.

Alem disso, é uma questão fundamental para a compreensão da educação e sua qualidade, sendo objeto de investigação por diversos estudiosos e pesquisadores, principalmente nas últimas décadas. Questões como a aprendizagem, o fracasso escolar, planejamento, currículo, avaliação e novas tecnologias estão cada vez mais diretamente relacionados á formação docente.

Os professores, bem como suas práticas, concepções, sentimentos e formação, têm assumido grande importância nos resultados dos indicadores educacionais. Temos a publicação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (entende-se por Educação Básica a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio) – foi criado pelo

MEC (Ministério da Educação) para medir o índice de desempenho dos alunos brasileiros. O IDEB é o resultado das notas da Prova Brasil e as taxas de aprovação dos estudantes, coletados através do Censo Escolar.

Diante disso, faz-se necessário valorizar a formação de professores, inicial e continuada, buscando-se maneiras de se fomentar políticas públicas voltadas para uma formação docente profissional cada vez mais qualificada, visando uma melhoria em todos os níveis da educação.

ORIGEM E HISTÓRICO

“O ensino, bem como a educação em nosso país, sofreu e sofre com um histórico que demonstra má qualidade no ensino” (MEC, 2009), políticos que utilizam a educação somente como tema de campanha, falta de valorização do educador, desvios de verbas públicas destinadas à educação, criação de leis diversas que muitas vezes não são postas em prática, alunos constantemente desestimulados, falta de merenda escolar, fraude na escolha do livro didático... uma série de fatores que nos faz questionar a respeito da real função do educador num cenário cruel como este.

Muitas vezes, tudo isto provoca uma reflexão se a educação “ainda tem jeito”, se vale a pena ser um profissional da educação em meio a um quadro tão desanimador. E formar-se numa faculdade a distância num país que, se presencial não poderia ser pior... Mais que um desafio, é uma prova de fogo! Mas é necessário refletir sobre estes aspectos, bem como propor uma discussão sobre estes temas e, sobretudo, a formação profissional docente, que é o objetivo do estudo em questão.

Segundo Luiz Antônio Cunha e Moacyr Góes (1995, p. 65), “o histórico do ensino superior no Brasil não é dos mais animadores. Durante muito tempo, o acesso ao ensino superior gratuito era restrito às classes mais favorecidas, desprestigiando as camadas sociais menos abastadas”. A partir da década de 40 a demanda aumentou, pela necessidade de profissionais especializados, crescimento da mulher no mercado de trabalho, dentre outros fatores. Porém, o regime autoritário, interessado no “grande capital” em detrimento da formação profissional, tratou de conter a expansão do ensino superior:

Os dirigentes do Estado temiam que, se o número de formados aumentasse muito, estes não encontrariam empregos compatíveis com suas expectativas de ascensão social: teríamos advogados-balconistas, economistas-motoristas, médicos-vendedores, professores-datilógrafos e outras “irracionalidades” tão comuns nos tempos atuais. O que aqueles conservadores homens do poder temiam é que esses “desajustados profissionais” se transformassem em agressivos contestadores do regime. (CUNHA; GÓES, 1995, p. 65).

Com o aumento da população e novas demandas do mercado de trabalho, aliado à queda do regime militar e estímulo gradual das constituições brasileiras, a necessidade da formação profissional foi enfim reconhecida por toda a sociedade. Muita coisa ainda precisa ser mudada, como o acesso às universidades públicas ainda ocorrer, basicamente, para pessoas de famílias mais abastadas, por poderem investir num ensino primário e secundário de melhor qualidade. A formação do profissional docente, bem como a formação de cidadãos conscientes, críticos e autônomos é uma questão fundamental para a compreensão da educação e sua qualidade, sendo objeto de investigação por diversos estudiosos e pesquisadores, principalmente nas últimas décadas.

Segundo Almeida (1995),

O tema formação de professores começou a ter destaque no cenário nacional nos anos de 1980, com o surgimento dos movimentos de educadores que se espalhou por todo o país, exigindo mudanças na educação e total ruptura com o pensamento tecnicista que ainda predominava. (ALMEIDA, 1995, s.p.).

Os professores marcaram presença coletiva e organizada, com cobranças relativas ao caráter profissional do trabalhador em educação, as concepções de formação do professor, da atuação deste profissional na sociedade, na educação e na escola, por melhores condições de trabalho e gestão democrática da escola.

Esses movimentos culminaram com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e, mais tarde, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A s, exigindo mudanças na educaç com o surgimento dos movimentos de educadores que se espalhou por todo o paAaaAConstituição Federal de 1988, nossa Lei Maior, por exemplo, estabelece em seu Artigo 5º, inciso XIII, que “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Deve-se reconhecer que esta garantia é uma conquista importantíssima.

A Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96 estabelece que só possa ser admitidos professores formados em nível superior, valorizando, assim, a qualificação dos profissionais da educação. Reforça ainda, a necessidade de elevar o nível de formação dos profissionais da educação, determinando que os Municípios, os Estados e a União deveriam realizar

programas de capacitação para todos os professores em exercício, para adequá-los a essa nova Lei.

A LDB atualizada em 2010 cita ainda, em vários artigos, os profissionais da educação, destacando várias atribuições, dentre elas, a de responsável pelo próprio desenvolvimento profissional (incluindo, aí, a capacitação em serviço). Esta preocupação do legislador – através das políticas públicas em educação – de colocar em destaque a formação dos profissionais da educação, reflete o mundo em que vivemos, marcado pela globalização, por processo de mudança contínua, pelo avanço tecnológico e científico, pela valorização do conhecimento, das competências, da criatividade, da iniciativa e da autonomia. Neste cenário, surgem as faculdades a distância, tema constantemente discutido, com vários prós e contras, porém uma opção para a formação urgente e necessária de professores.

No dia-a-dia, crescem as pressões por uma educação de qualidade, por melhorias do processo de ensino-aprendizagem, por uma escola que ofereça novos espaços de aprendizagem, com ambientes que favoreçam o conhecimento multidisciplinar, interdisciplinar; um espaço aberto ao trabalho coletivo, participativo, crítico, à pluralidade de ideias e culturas, comprometida com o aperfeiçoamento constante e com o ambiente sociocultural em que está inserido.

Nesse cenário de mudanças, é necessário que o processo de formação de professores precise, também, de passar por mudanças profundas. O cotidiano dos cursos de formação dos profissionais da educação deve ser marcado pela interação entre ciência, cultura, teorias de aprendizagem, integração entre teoria e prática, atividades pedagógicas e domínio de novas tecnologias, de gestão de sala de aula e da escola.

Assim, essa reflexão nos leva a pensar que, ao analisarmos a formação do profissional docente, é necessário um aprofundamento sobre quem é este profissional – o ser professor -, sua identidade, suas concepções, sentimentos, práticas pedagógicas e sua formação, tanto a inicial quanto a continuada.

Para compreendermos melhor todo o contexto em que insere a temática formação do profissional docente, nos deteremos agora em fazer um levantamento a respeito dos conceitos relativos à formação e profissionalização.

Formação significa ruptura com o imediato e natural, suspensão das posturas e comportamentos de rotina, para o ascenso à generalidade determinante das particularidades em que transcorre o existir a elas atento. Tempo de intensidades, a formação implica em manter-se aberto ao outro, às alteridades distintas e às possibilidades múltiplas, a pontos de vista distintos e gerais, que abarquem outros possíveis pontos de vista. Um espaço alargado, onde cada qual se mova sem constrangimentos, com a capacidade de ver tudo com olhos sempre novos, indagantes, com sensibilidade e tato para a percepção das situações e exigências mutantes, o que requer embasamento teórico no sentido dos saberes construídos na tradição cultural e no sentido da projeção/construção de novos saberes. (MARQUES, 1994, p. 40).

Josso (2004, p. 38) caracteriza a formação como um conceito gerador, agrupando diversos descritivos: “processos, temporalidade, experiência, aprendizagem, conhecimento e saber-fazer, temática, tensão dialética, consciência, subjetividade, identidade” e, continua “os processos de formação psicológica, psicossociológica, sociológica, econômica, política e cultural”. A formação seria então a integração prática do saber-fazer e a pluralidade desses conhecimentos, na visão do autor. Entende-se que a formação envolve diversos aspectos e deve ser estudada analisando todo o contexto social, histórico e cultural em que está inserida. Deve-se perceber a associação entre teoria e prática, saber e ação, habilidades técnicas e concepções teóricas e éticas.

Procurando analisar o significado da palavra profissão, que não existe um conceito universal, pois envolve um processo de construção social e só adquire sentido na sua relação com as condições sociais e cenários institucionais em que as pessoas estão envolvidas, importante se faz assinalar aqui Falsarella (2004), citando Popkewitz e Sarmento. A palavra profissão pode ser definida, segundo Popkewitz pela autonomia, pelo conhecimento técnico e pela ética de trabalho que envolve um grupo ocupacional e, Sarmento, como “o desempenho de atividade humana, apoiada num saber e em valores próprios, possuidora de atributos específicos e, como tal, reconhecida pelo todo social e confirmada pelo Estado” (POPKEWITZ apud FALSARELLA 2004, p. 38).

A formação deve ser, sobretudo, uma necessidade pessoal, exigindo dos organismos responsáveis sua oferta, para que aconteça de forma dinâmica e contínua, atendendo às necessidades atuais que a profissão exige:

Hoje, a profissão já não é a transmissão de um conhecimento acadêmico ou a transformação do conhecimento comum do aluno em um conhecimento acadêmico. A profissão exerce outras funções: motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais, com a comunidade... E é claro que tudo isso requer uma nova formação: inicial e permanente. (Imbernón, 2000, p. 14).

Quem exerce uma profissão desenvolve um trabalho e esse trabalho deve ter uma dimensão pessoal, um significado próprio para a pessoa que a exerce, e uma dimensão social, que é a importância desse trabalho exercido pela pessoa

para a sociedade de modo geral:

As profissões são formas de os homens viverem juntos seus projetos interdependentes de vida e de trabalho, teias de relações sobre as quais, como num pano de fundo, os profissionais desenvolvem suas próprias trajetórias pessoais e suas identidades, suas forças de criatividade e de originalidade, que afetam as vidas e as práticas de todos com quem se relacionam. (Marques, 1992, p. 47).

Este tema é muito instigador, uma vez que a formação docente profissional, de forma inicial e continuada, é essencial para o educador verdadeiro, voltado para as reais necessidades dos alunos e consciente de seu papel na sociedade das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), mesmo num país tão deturpado quanto o Brasil. O docente envolve-se não apenas com os aspectos técnicos de ensino, como também com aspectos emocionais, éticos e outros, conforme estabelece Imbernón:

O mais importante é que amplos setores demandaram que a educação se aproximasse mais dos aspectos éticos, coletivos, comunicativos, comportamentais, emocionais..., todos eles necessários para se alcançar uma educação democrática dos futuros cidadãos. Assim, começou-se a valorizar a importância do sujeito, de sua participação e, portanto, também a relevância que a bagagem sociocultural assume na educação. (Imbernón, 2000, p. 11).

A questão da formação docente profissional é um tema que precisa ser tratado com seriedade, uma vez que constitui importante subsídio para a formação de um profissional capacitado diante de uma sociedade que exige atualização constante.

Profissionalização, identidade e docência

Nas reformas contemporâneas, são bem visíveis as funções do Estado como regulador e avaliador, com a obrigatoriedade da avaliação das escolas, fazendo com que o conhecimento seja mercantilizado e o desempenho profissional dos professores postos em questionamentos. Esses fenômenos têm implicações para a identidade docente e, segundo Sanches (2004, p. 43) “É neste contexto que se tem dado o alargamento das “missões impossíveis” para a escola e para os professores (diversidade, educação sexual, para a paz, segurança rodoviária, etc.)”.

É necessário reportar-se a Freud (1937), citado por Maciel (2005, p. 335) “no qual afirma que o psicanalisar, o educar e o governar são profissões impossíveis, posto que sempre chega a resultados insatisfatórios”.

A profissão de ensinar, hoje, é muito mais complexa do que décadas atrás. Antes, a tarefa do professor era a de educar, a de socializar os alunos. Os professores, atualmente, acumulam também a função de preparar os seus alunos para a cidadania, para aprenderem a conviver, aprenderem a ser, aprenderem princípios mínimos de tolerância, respeito à diversidade e aos direitos humanos. Funções essas exercidas anteriormente pelas famílias, nos dias atuais ocorrem justamente o contrário: As famílias, em grande porcentagem, fracassam. Ao professor cabe atuar também onde as famílias já não conseguem. E aí ocorre, muitas vezes, o duplo fracasso, pois muitos professores não foram preparados para trabalhar com a diversidade, com a violência, com as drogas, a sexualidade, etc.

Nesse contexto, a identidade docente está ameaçada, com cobranças de desempenho e de atividades que lhes são impostas de cima para baixo, aliada a outros fatores, como as classes superlotadas, o fator tempo, as péssimas condições de trabalho, a violência na escola, a baixa remuneração – o que impede que esses profissionais possam dedicar-se exclusivamente às atividades educativas e arcar com as despesas de seu próprio aperfeiçoamento.

Assim, a sociedade de conhecimento em que vivemos requer novas, numerosas e complexas competências identitárias dos professores, segundo Hargreaves, citado por Sanches (2004). Estas novas competências e saberes dos professores seriam os alicerces para a autonomia e autoridade, tão requeridas por esses profissionais.

A reconstrução das identidades docentes é impossível, afirma Sanches, devido a vários fatores:

- Controle externo sobre a escola e a profissão, aumento da responsabilidade e da exigência em relação ao tempo do profissional;
- Exigência de atualização permanente das competências profissionais;
- Pede-se que os professores adquiram uma nova profissionalidade, de modo a alargarem as responsabilidades e finalidades sociais da educação. (SANCHES, 2004, p. 52-53).

Diante dessa crise de identidade do profissional docente, fica muito claro porque existem tantas vagas no mercado, caracterizando o chamado “apagão”. Faltam cerca de 250 mil docentes qualificados para atuar na rede pública do Brasil, no Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª série) e no Ensino Médio.

Por todo o Brasil, falta pessoal qualificado, principalmente nas áreas de Química, Física, Matemática e Biologia; e, mesmo com as realizações de concursos públicos e as contratações efetivadas, as vagas não são preenchidas. As

expectativas para tentar solucionar o problema são desanimadoras, já que o número de formandos nessas áreas é insuficiente, sendo agravadas ainda mais com os altos índices de evasão: 65% em Física, 75% em Química e 56% em Matemática (FRAGA-LEURQUIN, 2007).

Segundo essa autora, as causas da evasão nos cursos de licenciatura se devem, essencialmente, em três fatores: “Dificuldades diante do grau de exigência dos cursos, pouco reconhecimento da carreira de magistério e ausência de atividades práticas no currículo” (SANCHES, 2004, p. 8).

A situação que se apresenta é de um alto número de estudantes sem aulas durante boa parte do ano letivo ou então profissionais sem formação específica lecionando nessas vagas. Como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) admite como formação mínima o Curso Normal, de nível médio, para atuar na Educação Infantil e nas Primeiras séries do Ensino Fundamental, este problema de falta de professor já não existe (embora a lei admita a formação mínima, temos acompanhado a preocupação dos legisladores em adequar a essa nova realidade, com a oferta de cursos de nível superior para os profissionais em exercício, em todas as regiões do Brasil).

Sem atrativos para o magistério da Educação Básica, essa categoria profissional está envelhecendo, o que agravará a falta de professores em médio prazo. Dados do MEC já prevêem um número maior de aposentadorias do que o de formandos na área de educação, nos próximos anos.

Para sanar a questão do “apagão”, o relatório Escassez de Professores, do CNE – Conselho Nacional de Educação - propõe algumas soluções, comentas por Fraga-Leurquin (2007). Dentre elas, estão:

- Criação de 10 mil bolsas de iniciação à docência destinada a quem faz licenciatura (já acatadas pelo MEC);
- Incentivo ao retardamento das aposentadorias de educadores;
- Contratação de profissionais liberais;
- Oferta de bolsas para alunos de baixa renda nas licenciaturas e na Pedagogia na rede privada;
- Aproveitamento de estudantes de licenciatura como docentes. (FRAGA-LEURQUIN, 2000, s.p.).

O MEC propõe ainda:

- A criação da Universidade Aberta, que prevê uma articulação com as Universidades para oferecer o ensino superior por todo o país, onde não há cursos universitários. Essa medida irá atingir os professores da Educação Básica que querem um aperfeiçoamento profissional ou a formação continuada, como também outras pessoas interessadas na área;
- A criação do Piso Salarial Nacional;
- Incentivo aos planos de carreira;
- Remuneração de acordo com o nível e formação. (BRASIL, 2000, s.p.).

O piso salarial nacional para o magistério no valor de 950 reais foi aprovado pelo Senado em 16/07/2008 e prevê o alcance gradativo até 2010. Atualmente, 43% dos docentes da Educação Básica que trabalham 40 horas semanais ganham menos do que o piso proposto pelo projeto. Dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) indicam que existem mais de cinco mil pisos salariais diferentes para a categoria nos diversos municípios e estados do Brasil, variando entre R\$ 315,00 a R\$ 1.400,00. Para quem leciona 40 horas semanais em Teresina, por exemplo, o piso é de R\$ 535,54, enquanto em Palmas o valor é quatro vezes maior: R\$ 1.019,00 reais para 20 horas. A União irá complementar junto aos estados que não atingirem esse piso salarial nacional.

Ainda falta muito para mudar a realidade dessa profissão e torná-la atraente, capaz de motivar números bem maiores de jovens para a categoria. As vantagens para o magistério ainda continuam sendo a grande oferta de vagas, férias maiores do que em outras áreas, certa autonomia para desenvolver atividades, horário flexível e estabilidade de emprego para os concursados.

É necessária e urgente uma valorização do profissional docente em que a torne uma carreira promissora para as novas gerações, em que o fator “vocaçãõ” seja aliado e estimulado por melhores condições de trabalho, de aperfeiçoamento constante e melhores remunerações.

A prática docente é uma atividade complexa, que envolve diversos fatores e as relações com os alunos, daí a necessidade de um profissional competente, crítico, reflexivo e aberto ao diálogo com seus pares, esferas administrativas e com os alunos. Procuraremos compreender melhor como se dá o exercício da docência no contexto da sala de aula.

Não existe um modelo de docência, assim como não existe uma sala de aula com características consideradas “modelo”. Na docência, é necessário considerar os mobilizadores: a instabilidade do contexto da sala de aula e o sentido de totalidade da docência, conforme afirma Grillo (2002).

Na prática docente, constantemente o professor fica diante da improvisação e realiza adaptações para administrar as

incertezas, já que não existem respostas prontas para situações emergenciais. O envolvimento docente nessa situação requer que ele tenha sensibilidade e possa perceber o que está ocorrendo de forma objetiva. É preciso considerar as relações interpessoais, os valores, as diferenças, a afetividade, as especificidades de ensino e aprendizagem, o seu estado emocional, preparação para a aula e as características de cada aluno e de cada grupo, em classe.

Grillo (2002, p. 78) afirma que “a docência envolve o professor em sua totalidade; sua prática é resultado do saber, do fazer e principalmente do ser, significando um compromisso consigo mesmo, com o aluno, com o conhecimento e com a sociedade e sua transformação”. Na ação pedagógica, o docente entrelaça os saberes e os conhecimentos acadêmicos com conhecimentos práticos, aspectos morais, éticos e afetivos próprios, buscando contribuir com a formação integral do educando.

Para a compreensão deste sentido de totalidade, é necessário que ela seja estudada sob a ótica das dimensões: pessoal, prática, conhecimento profissional e contextual.

A dimensão pessoal envolve o professor como pessoa e profissional, figuras essas inseparáveis, como afirma Grillo, citando Nóvoa: “ser professor obriga a opções constantes que cruzam nossa maneira de ser com nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser” (NÓVOA apud GRILLO, 2002, p. 79).

Assim, pode-se considerar que as características pessoais e profissionais constituem a identidade docente, já que, no fazer pedagógico, há o entrelaçamento de ambas, não tendo como definir quando começa uma e termina outra.

A relação entre professor e aluno é o que determina o clima vivido na sala de aula: presença do aspecto afetivo, cognitivo ou técnico e de uma relação prazerosa, desafiadora ou solidária (Grillo, 2002). Nessa relação, o importante é que o professor assuma a responsabilidade ética de agir com consciência profissional, contribuindo para a construção do conhecimento do aluno e compromisso na formação de sua cidadania.

Na dimensão prática, o professor descobre que, para orientar a ação docente, ele terá que contar tanto com os saberes já instituídos quanto pelo

Conhecimento prático resultante da leitura crítica que o professor faz da sua atividade no momento em que a realiza – “conhecimento na ação, reflexão na e sobre a ação” (Schon, 1992) – articulando saberes formalizados e saberes das experiências”. (GRILLO, 2002, p. 82).

Nesta dimensão, a reflexão assume papel importantíssimo para auxiliar o professor a aprimorar o seu fazer pedagógico. Através dela, o professor pode analisar as ações presentes, rever as atividades desenvolvidas, fazer as intervenções, se necessário, e preparar as ações futuras, podendo, assim, obter melhores resultados.

Interagindo com todas essas dimensões que caracterizam a ação docente, está a dimensão de aprendizagem do professor. “O que ensinar” e “como” estão relacionados ao conhecimento dos conteúdos e na forma como são elaborados e transformados pedagogicamente, conforme afirmam Pacheco e Flores:

Embora esses conteúdos estejam previamente selecionados e organizados em disciplinas e / ou áreas disciplinares, é ao professor que compete ordená-los e sequencia-los lógica e coerentemente de modo a serem compreendidos pelos alunos. Nesta ordenação didática, seguem-se fatores lógicos e psicológicos, podendo optar-se por diferentes vias: disciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar. (PACHECO; FLORES, 1999, p. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento profissional docente é a dimensão necessária para o professor realizar o ensino, presentes na sua formação. Para Grillo, esse conhecimento “é mais que o conhecimento de especialistas numa área específica e mais do que o conhecimento de conteúdos das diferentes disciplinares [...] mais que o resultado da experiência”.

Segundo essa autora, esse conhecimento constitui-se de vários outros, articulados e nunca definitivo, composto dos eixos:

- Disciplinas científicas diversas;
- Disciplinas relacionadas a questões sobre o ensino, a aprendizagem, a escola e outros temas afins;
- Experiências de prática pedagógica;
- Didáticas específicas. (GRILLO, 2002, p. 83).

Embora separados, esses eixos constituem-se um todo, mutável, dinâmico e capaz de atualização para adequar-se às exigências de formação desse profissional.

Na dimensão contextual, o espaço de ensino e de aprendizagem é ampliado, considerando para além da sala de aula todo o entorno da comunidade, podendo ampliar para outros espaços e lugares. Dessa forma, será possível associar à prática os conhecimentos, experiências, valores éticos e culturais do cotidiano dos alunos, tornando-os mais

participativos e motivados, já que os conteúdos curriculares estão problematizados a partir de questões vivenciados por eles.

Nessa visão, caberá ao professor assumir seu compromisso político-pedagógico, exercendo sua prática educativa com responsabilidade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e atuantes.

Neste processo de ordenação lógica dos conteúdos, o professor transforma o que sabe de acordo com as suas concepções e visões de mundo, abarcando todo o seu processo formativo. Assim sendo, o profissional docente é aquela pessoa, no caso específico, o professor, que exerce uma atividade ou ocupação especializada que pressupõe determinado preparo, e que lhe é exigido a utilização do saber que lhe traz experiência como também de saberes adquiridos na sua formação inicial e contínua.

Referências

ALMEIDA, Jane S. de. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Imprensa oficial, 1988.

FRAGA-LEURQUIN, E. V. L. **Contrato de Comunicação e Concepções de Leitura na Prática Pedagógica de Língua Portuguesa**. Tese (Doutorado em Educação). Natal: PPGED-UFRN, 2001. Disponível em: www.ufcg.edu.br. Acesso em: 20 maio 2015.

GÓES, Moacyr de; CUNHA, Luís Antônio. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

GRILLO, Marlene. O professor e a docência: o encontro com o aluno. In: ENRICONE, Delcia (Org.). **Ser professor**. 6. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente profissional**. Formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2000.

Irany Gomes Barros. Graduado em Biblioteconomia e Documentação. Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) Rio de Janeiro. Bibliotecária na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Doutoranda e Mestre em Ciências da Educação, UA-PY. Irany2012@yahoo.com.br.

Gustavo Sant'Anna Cunha. Graduado em Pedagogia pela Faculdade Brasileira da Serra (FABRA) Serra Espírito Santo. Pedagogo da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo - ES. Graduado em Bacharel em Teologia. Licenciado em Pedagogia. Professor Filosofia, Sociologia e História. Mestrando em Ciências da Educação, UA-PY. prof.gustavo79@gmail.com.

Sidnei Rocha Aguiar. Graduado em Letras pela Faculdade de Tecnologia e Ciências. Bacharel e Direito pela Fundação Educacional Nordeste Mineiro. Pós-Graduado em Linguística e Gestão com Ênfase em Coordenação Pedagógica. sidnei-aguiar@ig.com.br.

Recebido em: 25/06/2015

Aprovado em: 26/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: